

As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico

Luiz Fábio Silva Paiva¹

Resumo: O artigo analisa práticas relacionadas ao controle e ao monopólio da violência na tríplice fronteira amazônica. A investigação acompanhou ações do Exército e da Polícia Federal na região do Alto Solimões, em especial, na região de confluência entre Brasil, Peru e Colômbia. Em linhas gerais, o trabalho é resultado de um empreendimento de pesquisa que durou três anos, com acompanhamento sistemático de operações para controle das fronteiras e interlocução com os responsáveis pelo trabalho policial na região. Ao considerar o monopólio da violência uma ação política de Estado, a investigação buscou as práticas estruturantes e as dificuldades enfrentadas por forças policiais para a realização dessa finalidade. O estudo propõe que o monopólio da violência é um projeto político tensionado pelas dinâmicas transfronteiriças. Violências, ilegalismos e crimes, em uma área de extensão e ecossistema peculiar, representam desafio contínuo para forças que devem agir em nome de uma razão de Estado cuja finalidade é o controle efetivo do território nacional. Os resultados mostram como militares e policiais federais vivenciam problemas efetivos para a realização da perspectiva política que, em tese, orienta seus trabalhos como agentes responsáveis por um princípio basilar do Estado moderno.

Palavras-chave: Monopólio da violência; fronteira; Estado; Amazônia.

The monopoly dynamics of violence and control in a cross-border and Amazonian territory

Abstract: This paper analyzes the practices related to the control and monopoly of violence in the triple Amazonian border. The investigation followed actions of the Army and Federal Police in the region of Alto Solimões, especially in the confluence area among Brazil, Peru and Colombia. This study is a result of a research project that lasted three years, with systematic accompaniment of operations for border control and interlocution with those responsible for policing the region. By considering the monopoly of violence a state policy action, the investigation sought the structuring practices and the difficulties faced by police forces to carry out this purpose. This research proposes that the monopoly of violence is a political project tensioned by the dynamics of social life in a cross-border territory in the Amazon. Violences, illegalities and crimes, in an extension area and peculiar ecosystem, represent continuous challenges for police forces that must act on behalf of territorial control of an Amazonian border. The results show how military and federal police officers experience actual problems to develop a political perspective which, in theory, guides their work as agents responsible for a fundamental principle of the modern State.

Keywords: Monopoly of violence; border; State; ; Amazon Region

¹ Professor Doutor da Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência. luizfabiocs@yahoo.com.br

A discussão que apresento se estrutura a partir de uma reflexão clássica das Ciências Sociais a respeito do que caracteriza a existência de um Estado nacional moderno. Ao compreender o Estado como uma relação de dominação entre homens, Weber (2000) considerou que essa relação está apoiada no monopólio da coação física legítima dentro de um determinado “território”, sendo necessário para sua existência o reconhecimento da autoridade de quem exerce o domínio e o controle da violência. Nessa perspectiva, existe um duplo problema sociológico, pois o “território” compreende tanto a existência de uma comunidade política e moral² como de um governo pautado em uma íntima relação entre poder e violência. Em sua reflexão sobre esse problema, Elias (1993) percebeu que, no Ocidente, os Estados denominados modernos se caracterizam por múltiplas monopolizações, entre as quais a da violência, por meio de processos nos quais o emprego da força física e militar é concentrado nas mãos de uma autoridade central que, em tese, tem a função de organizar a vida social no interior dessa comunidade política e moral. Ao dialogar com essa compreensão, Santos (1997) observou que, no âmbito do processo de monopolização da violência dos Estados modernos, emergem forças policiais comprometidas com um projeto de controle da ordem pública e construção do consenso para legitimação de uma ambição política em curso. Além do controle físico, o Estado exerce o controle simbólico por meio de suas ações para legitimação da crença em si mesmo. A eficiência dessa instituição, conforme pensa Bourdieu (2014, p. 71) ao citar Napoleão, consiste na sua capacidade de ser “o fiduciário organizado, a confiança organizada, a crença organizada, a ficção coletiva reconhecida como real pela crença e, por isso, tornando-se real”. Muitas são as complicações e percalços nessa realização institucional da vida social e neste trabalho trato dessa questão. Em linhas gerais, parto do pressuposto de que as fronteiras são um componente importante para a realização do projeto político de um Estado moderno. Então, como essas fronteiras se tornam possíveis, a partir de uma ação política para controle e monopolização da violência, é o fio condutor dessa reflexão cujo campo se desenvolveu em um território transfronteiriço muito específico, situado na Amazônia entre Brasil, Colômbia e Peru³.

Antes de entrar no problema específico, gostaria de tratar rapidamente da visão de Estado com a qual pretendo dialogar no texto. Ao considerar o Estado uma relação social, a pesquisa que originou este trabalho procurou observar os elementos estruturais, mas, sobretudo, as configurações relacionais que compõem as ações políticas de entidades e pessoas que atuam em nome do Estado. Por isso, a proposição presente neste trabalho não é a de uma Sociologia das dimensões legais do Estado. Desenvolvi uma investigação pautada no intuito de compreender práticas constitutivas do que o Estado faz em sua ação política de controle e monopólio da violência em um território nacional, com base em pesquisa qualitativa desenvolvida na tríplex fronteira amazônica⁴. Essa maneira de tratar o problema colabora com a feliz reflexão de Giddens (2009) a respeito de todos os Estados incluírem “o monitoramento reflexivo dos aspectos da reprodução dos sistemas sociais subordinados ao seu domínio”. Isso evita que o entendamos apenas como uma entidade funcional, mas também como pluralidades de organizações que atuam politicamente e de acordo com suas capacidades para organizar os recursos de autoridade, a administração da vida e o poder de governo. Entre as atribuições administrativas dos Estados nacionais, em sua ação de governo,

2 Refiro-me a uma articulação entre o conceito de comunidade política em Weber (1999) e o de comunidade moral em Durkheim (2003).

3 Para uma discussão sobre o monopólio da violência e problemas relativos à sua realização na América Latina, ver Acemoglu, Robinson e Santos (2013).

4 Para uma discussão metodológica sobre a compreensão da ação política do que chamamos de Estado e as possibilidades de investigação desde suas margens, ver Das e Poole (2004).

estão as fronteiras como uma questão geopolítica fundamental para se pensar os processos de controle social de um território autônomo e soberano.

Para se compreender o problema das fronteiras é preciso ainda considerar que os Estados nacionais são dotados de orientações políticas que estruturam operações de controle muito específicas sobre a vida de pessoas que compõem uma coletividade. Em linhas gerais, considero relevante a observação de Bourdieu (2014, p. 61), ao refletir sobre o trabalho de Joseph Gusfield, em que o Estado “reforça um ponto de vista entre outros sobre o mundo social, que é o lugar de luta entre pontos de vista”. Assim, ao considerar o problema das ações de um Estado é preciso entendê-las em uma perspectiva relacional, pois seu modo de operacionalizar a vida social reflete uma orientação política entre outras possíveis. Colabora com minha reflexão o entendimento de Foucault (2015) sobre o surgimento de uma “biopolítica” da espécie humana, no final do século XVII, em que o Estado moderno passa a governar em razão do controle exercido sob os óbitos, a fecundidade e a vida da população. O território e a população como problemas biopolíticos passam a compor uma agenda de integração ao Estado em sua atividade de governo da vida social. Isso possibilita um controle da vida em uma escala abrangente e que marca o surgimento de novas tecnologias de poder construtoras de dispositivos de controle social e normalização das condutas dos indivíduos integrados. Pensar como esses dispositivos atuam na esfera de administração de problemas transfronteiriços, na Amazônia, é uma das metas desta proposta de reflexão sobre as ações políticas do Estado brasileiro⁵.

Sobre a fronteira como problema sociológico, busquei trabalhar com uma literatura que privilegia o tratamento de práticas relacionadas ao que significa viver entre nações cuja estruturação política envolve profundas diferenças do ponto de vista de sua gestão política e moral da vida. Como destacou Martins (2012), em sua abordagem sobre o problema, o termo não se reduz à questão geográfica, pois a fronteira “é fronteira de muitas e diferentes coisas”. Faulhaber (2011) demonstrou que o termo fronteira é polifônico e Wilson e Donnan (2012), em um compendio de estudos sobre fronteiras, revelam múltiplas possibilidades de pesquisas e análises que percorrem essa temática, ressaltando o papel da interdisciplinaridade para a compreensão de problemas relacionados à cooperação, mobilidades e segurança em territórios transfronteiriços. Em linhas gerais, estudiosos colaboram com a ideia de que a compreensão das fronteiras passa pela compreensão das relações vividas nas fronteiras (CARDIN, 2013). Em seu trabalho sobre a tríplice fronteira do Brasil com Paraguai e Argentina, Albuquerque (2009, p. 137) demonstra a importância crescente do olhar sociológico das vivências e experimentações que compõem as relações em um lugar de confluências das múltiplas diferenças sociais constitutivas das nações. Em linhas gerais, dialogo com a perspectiva de pensar a partir da fronteira, buscando compreender as dinâmicas de problemas biopolíticos em um contexto transnacional que, entre outras coisas, impõe ao Estado brasileiro criar e gerir a crença em sua existência e legitimidade.

Ao refletir a partir de uma fronteira na Amazônia, é oportuno destacar que a vida na maior floresta tropical do mundo é dotada de peculiaridades constituídas por experiências sociais plurais e diversidades culturais, em um território ocupado por povos integrados a diferentes Estados nacionais por meio de suas ações políticas determinadas e arbitrárias (CHAVES; CAIRO, 2010). Então, o estudo que apresento trata de uma tríplice fronteira na floresta amazônica que, em tese, parece representar um constante desafio para a gestão e

⁵ Para uma discussão a respeito da biopolitical border, ver Vaughan-Williams (2015). Ao discutir a gestão da segurança e da crise migratória na Europa, o autor demonstra como a gestão biopolítica da fronteira constitui novos horizontes políticos para a gestão da vida humana nos limites dos Estados nacionais.

controle do Estado brasileiro e demais países que compõem essa região também conhecida como trapézio amazônico. Assim, é preciso considerar as especificidades dessa região amazônica que, conforme aponta Zárate Botía (2008), tem características ambientais que constituem referentes fundamentais para práticas e relações sociais em um complexo ambiente humano-natural. Para Zárate Botía (2008), o processo de formação dessa tríplice fronteira envolve a constituição de três identidades nacionais entre povos ancestrais e populações de migrantes que ocuparam esse território onde a floresta e o rio criam condições ecológicas muito específicas. Além disso, Motta (2012) observa que a tríplice fronteira congrega os esforços de Brasil, Peru e Colômbia para a definição, controle territorial e integração comercial da Amazônia em seus respectivos cenários nacionais. Portanto, é preciso considerar, como observado por Albuquerque e Paiva (2015), as tramas de um lugar povoado por legislações que são dobradas por relações e condições ecológicas que constituem um desafio singular para a ação política do Estado Brasileiro.

Em suma, esse preâmbulo serve como introdução ao problema central tratado neste texto, qual seja, como o Estado brasileiro exerce seu domínio sobre a tríplice fronteira amazônica, em sua busca para realizar o projeto moderno de monopolização da violência legítima dentro de um determinado território, utilizando o trabalho de forças militares e policiais. Para fins de exposição, apresento as minhas considerações em três partes que tratam das seguintes questões: 1) o caminho que estruturou esta pesquisa; 2) as configurações da tríplice fronteira e o desafio que o seu controle representa para as ações de Estado voltadas para o monopólio da coação física legítima; 3) os problemas práticos na atividade de instituições militares e policiais na sua busca pelo controle da fronteira.

Considerações sobre uma investigação a respeito da busca de controle na tríplice fronteira amazônica

A pesquisa que originou os resultados expostos neste texto iniciou com intuito de compreender problemas relacionados à violência e à segurança pública na tríplice fronteira amazônica⁶. A perspectiva que orientou essa reflexão se inscreve no campo de uma sociologia compreensiva (WEBER, 2000). O objetivo da investigação foi o entendimento dos sentidos atribuídos pelos agentes aos problemas considerados e colocados em pauta por mim durante um processo de investigação sistemático e qualitativo. Em linhas gerais, a dinâmica interpretativa percorreu um esforço de investigação que se desdobrou por três anos de trabalho de campo, com idas e vindas em decorrência das muitas atribuições de um professor/pesquisador de uma instituição de Ensino Superior. Ao longo do tempo em que estive em campo, em um trabalho colaborativo⁷, procurei espriar-me pela tríplice fronteira descrevendo muito cuidadosamente vivências com as quais fui tendo contato. Entre elas, as de pessoas que atuam na área de segurança em diferentes instâncias, tanto as referentes à segurança nacional quanto as de segurança pública. Privilegiei, nas minhas incursões, investigar as relações sociais de dominação estruturadas por ações políticas de Estado preocupadas, entre outras coisas, em produzir efeitos práticos determinados para o pleno

6 Os resultados apresentados correspondem às atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto “(In)segurança na Fronteira: uma abordagem sobre como os moradores de Tabatinga falam do perigo e da violência na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de recursos captados por seleção pública referente ao Edital Universal/2013. É oportuno ressaltar que o projeto é resultado de uma articulação entre o Laboratório de Estudos da Violência (UFC), o Núcleo de Estudos Fronteiriços (Unifesp) e o Observatório da Violência de Gênero do Amazonas (UFAM).

7 Sobre detalhes do processo vivido ao lado de outros pesquisadores que atuam na tríplice fronteira, ver Paiva (2015).

exercício do monopólio da violência legítima na região. Realizei observações sobre operações das forças militares e policiais em todas as incursões que fiz à tríplice fronteira amazônica. Destaco, no entanto, dois momentos importantes para o alcance dos objetivos que permeiam a análise aqui presente.

O primeiro foi a participação no XII Encontro Técnico da ENAFRON e I Simpósio de Segurança Pública na Fronteira do Amazonas, realizado entre os dias 23 e 28 de Novembro de 2014 em Tabatinga-AM. É oportuno dizer que a Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON) reúne um conjunto políticas e projetos do Governo Federal. Sua finalidade é atuar na segurança pública em um regime de integração das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteira do Brasil, “otimizando a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014a). O Encontro da ENAFRON reuniu profissionais de instâncias de segurança e justiça do Brasil que ocupam posições em órgãos como o Ministério da Justiça do Brasil, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, as Forças Armadas do Brasil, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, a Polícia Federal Brasileira, a Polícia Civil, a Polícia Militar do Estado do Amazonas, além de entidades responsáveis pelo controle militar e policial dos territórios transfronteiriços do Peru e da Colômbia. Participar do evento oportunizou conversações e entrevistas com membros do staff do Exército brasileiro e das forças policiais que atuam no controle da fronteira. Ademais, possibilitou acesso a vasta documentação apresentada nos dois dias do evento e, gentilmente, disponibilizada pela coordenação da ENAFRON. A participação nesse evento foi extremamente oportuna e me colocou diante de questões que envolvem as estratégias do governo brasileiro para uma região permeada por problemas como narcotráfico, contrabando, pistolagem, mineração ilegal, crimes ambientais, entre outros. Embora a ENAFRON reúna várias forças policiais em sua articulação, neste trabalho eu irei analisar apenas as estratégias de controle da fronteira a partir das ações desempenhadas pelo Exército e pela Polícia Federal do Brasil (PF). Trata-se de uma escolha metodológica em virtude, sobretudo, do volume de informações às quais tive acesso durante o processo de pesquisa. Não significa que outras instituições com poder de polícia, na fronteira, não tenham um papel relevante. Apenas, realizei recorte em razão do volume de informações e, também, do melhor acompanhamento do trabalho do Exército e da PF.

O segundo momento importante ocorreu no início do ano de 2016, quando acompanhei a semana de uma das principais operações de controle da tríplice fronteira. Refiro-me a 11ª edição da Operação Ágata, cujo objetivo “é combater delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais, entre outros ilícitos” (PORTAL BRASIL, 2016). Segundo informações do Governo Federal, a operação reúne as Forças Armadas atuando conjuntamente com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Receita Federal e demais órgãos de segurança dos Estados das regiões de fronteira. É importante destacar que essa Operação é de responsabilidade do Ministério da Defesa e envolve agentes do Exército, Marinha e Aeronáutica em atividades que, grosso modo, correspondem ao controle policial da faixa de fronteira. Assim, é possível observar soldados do Exército em atividades executadas por policiais militares ou federais. Acompanhei essas atividades na tríplice fronteira amazônica, no período de 13 a 20 de junho de 2016, observando e ouvindo os moradores da cidade de Tabatinga sobre os efeitos dessa ação do governo brasileiro. Nessa ocasião, escutei entrevistas com oficiais do Exército

sobre a operação na Rádio Nacional, em Tabatinga, e realizei entrevista com o comando da Operação Ágata na tríplice fronteira amazônica. Ao longo da semana, dediquei razoável tempo a observações de como se efetivou o trabalho dos militares nos locais de passagem entre Brasil, Colômbia e Peru, tentando compreender as dinâmicas dessa ação “excepcional” que aconteceu pela 11ª vez nas áreas de fronteira do Brasil.

No decorrer do trabalho, realizei conversações e entrevistas com militares e policiais federais que atuam no dia a dia da tríplice fronteira amazônica. Apesar dos momentos com gravador, preferi o registro em diário de campo dessas interlocuções a entrevistas formais, pois é inegável o prejuízo da informação quando militares e policiais federais se veem diante do registro digital de suas falas. Usei, no entanto, o gravado tanto para o registro de conversações desde que autorizada pelo interlocutor até momentos mais formais de entrevistas que agendei. Foram importantes para as finalidades desse trabalho duas longas entrevistas, com o Comando do Exército, na Operação Ágata, e com oficiais da PF sobre seu trabalho na tríplice fronteira. Nesses dois momentos, procurei dirimir dúvidas e explorar a percepção desses profissionais sobre as dificuldades que envolvem os seus trabalhos. Procurei, nas entrevistas, expor meu objeto de pesquisa e as preocupações do trabalho para que meus interlocutores pudessem avaliar o problema que eu estudava e sobre o qual os convidava a refletir. Não me furtei também de lhes apresentar algumas análises preliminares para imprimir ao diálogo uma dinâmica de troca que, geralmente, considero fundamental nesse tipo de estratégia de pesquisa.

Outra estratégia adotada no transcurso do trabalho foi o contínuo e sistemático acompanhamento do que operadores de segurança pública e integrantes das forças armadas relataram sobre seu trabalho à imprensa local e nacional. Em geral, a imprensa brasileira tem uma preocupação muito específica relacionada aos perigos e violência nas fronteiras, com enfoque especial no tráfico internacional de drogas e no controle do contrabando⁸. Essa parte do trabalho percorreu sites de notícias das principais agências de comunicação do País, assim como portais locais da região do Alto Solimões, verificando manifestações públicas que refletem, em linhas gerais, posicionamentos oficiais das instituições envolvidas no trabalho de controle da tríplice fronteira. Além das notícias, documentos oficiais das instâncias de governo foram explorados na análise do problema. Os discursos na imprensa, ou em canais oficiais de governo, permitiram criar alguns parâmetros típico-ideais que possibilitaram questionamentos muito específicos nas conversações e entrevistas. Essa confrontação entre o que deveria ser e como funciona, na prática, permeou os diálogos e irá se refletir nas análises propostas nesse trabalho. Destaco que procurei trabalhar relacionadamente com problemas que envolvem diferentes instâncias e alcances diferenciados quanto às expectativas baseadas em valores e normalizações de controles transnacionais da vida social.

Ao longo do processo de pesquisa, percebi que a temática do controle da fronteira era central para pessoas que atuavam nas Forças Armadas e na PF. Em minhas primeiras incursões tive a oportunidade de entrevistar e conversar com militares e policiais federais que se deslocaram de suas cidades para ir trabalhar na tríplice fronteira amazônica. Em todas as interlocuções essas pessoas relataram o quanto era “íngrata” a natureza do seu trabalho, pois o controle da fronteira na região do Alto Solimões é “algo impossível”. Suas falas consideram por um lado o caráter hostil do ecossistema amazônico e por outro as péssimas condições de trabalho para um monitoramento adequado da fronteira. As minhas primeiras conversas com esses interlocutores privilegiaram suas avaliações sobre como é trabalhar, na área de segurança, em um território permeado por problemas como o tráfico internacional de drogas.

⁸ Para uma discussão sobre como a imprensa brasileira trata o problemas das fronteiras, ver Albuquerque (2014).

Conforme eles relataram, existe um cálculo que envolve *o que é possível fazer* e *o que não é possível fazer* em relação ao que, em tese, *deveria ser feito*. Por isso, aproveitei para conversar com eles, em diversos momentos, sobre como realizam seus trabalhos, considerando as demandas e as condições objetivas para sua execução do que *devem, podem* e *é feito*.

Reafirmo o compromisso desse trabalho em sua atividade de compreender o sentido objetivado na fala de pessoas a respeito do seu trabalho na tríplice fronteira amazônica. O sentido objetivado da fala não deixa de ser o sentido visado da ação, conforme Weber (2000) destaca em seu célebre texto sobre os conceitos fundamentais de Sociologia. A ambição teórico-metodológica deste trabalho considera, em seu exercício de compreensão, a ideia de Schütz (1979) a respeito do fato de a interpretação do cientista social ser uma construção das construções que seus interlocutores realizam em suas vivências do mundo social. Pontuo também que, como ressalta Giddens (2009), os sujeitos racionalizam sobre suas ações e suas experiências relatando não a pureza do que sentem ou pensam, mas problematizações e interpretações do que fazem e podem falar como o sentido requerido por eles para suas ações permeadas de relações morais e políticas. Ao lidar com os pontos de vista alheios, considero relevante considerar que, como expõe Bourdieu (1997), a compreensão do ponto de vista do seu interlocutor não deve ser uma tradução, mas um trabalho de objetivação em que o pesquisador realiza um esforço para pensar como se estivesse no lugar de seu interlocutor. A capacidade de agência dos meus interlocutores, em um processo permeado por estratégias de poder, foi um dos elementos com o qual trabalhei, dialogando com a preocupação de Ortner (2007) em considerar as formas de dominação e resistência nas correlações de força constitutivas do mundo social. Assim, como expõem estudos no campo de uma antropologia da política, o Estado é pensado não como um problema de filosofia política, mas de práticas constituintes das relações de força que constituem comunidades políticas e morais⁹.

Ainda do ponto de vista metodológico, parti do pressuposto de que a fronteira como um limite físico é também um problema político e moral cujas práticas de quem vive na fronteira dialogam com um projeto mais abrangente de construção social de um Estado nacional. As falas de quem vive na fronteira me ajudaram a compreender as razões de Estado estruturantes de um projeto político que, entre outras coisas, visa ao monopólio da coação física em um território permeado por problemas complexos. Busquei compreender situações que se tornaram porta de entrada para problemas conjunturais da tríplice fronteira amazônica, preocupado em entender como pessoas que atuam em instituições públicas falam do seu trabalho e do seu cotidiano em um espaço social que demanda uma série de ações para sua segurança e controle.

Por fim, para compreensão desse problema não abordo a totalidade das ações de Estado em sua busca pela monopolização da violência em um território transfronteiriço. Irei explorar aqui considerações que podem ser generalizadas, mas estão circunscritas à ação de duas forças que considero fundamentais para o que desejo discutir neste momento. São elas, o Exército brasileiro e a PF. Escolhi essas duas instituições como representativas do conjunto de estratégias pensadas no âmbito de políticas de Estado para a faixa de fronteira que compreende a região do Alto Solimões. Embora tenha acompanhado o trabalho de outras forças policiais na região, considero o trabalho das instituições escolhidas fundamental para os fins de governo das relações transfronteiriças. Obviamente, muitos pontos ainda ficarão em aberto para próximas discussões.

⁹ Para uma discussão sobre os estudos no campo de uma antropologia da política, ver Sá (2016).

Em busca do monopólio da violência em uma fronteira amazônica

Nas conversas e entrevistas que realizei com militares e policiais na tríplice fronteira amazônica, encontrei de maneira recorrente uma leitura a respeito da dificuldade em se ter o controle das ações em um ecossistema dotado de peculiaridades que precisam ser consideradas. Ao tratar da tríplice fronteira amazônica, entre Brasil, Colômbia e Peru, estou falando, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de um faixa territorial de 213.281,229 km², onde vivem cerca de 242.875 pessoas, em nove municípios. São eles Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Jutai, Tonantins e Fonte Boa. Esses nove municípios abrigam, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), 35 terras indígenas que abrigam 18 povos, com diferentes culturas, convivendo com populações não-indígenas em territórios rurais e urbanos. Por esse território plural, em toda sua extensão, se desenvolvem relações multiétnicas entre culturas com línguas, saberes e valores distintos. A fruição desse espaço social diverso encontra, nas três fronteiras, limites físicos e culturais constituídos por protocolos e ações de governo que visam a impor uma visão de mundo, um modelo político e a monopolização da violência, criando uma unidade em torno da ideia de Estado nacional. É fundamental para o êxito dessa ideia a presença de forças armadas e policiais como instituições preocupadas em manter e reger a ordem, em um mundo repleto de outras possibilidades de uso da força. As ações dessas forças seguem uma orientação política que as integra em esforços conjuntos objetivados em planos e projetos como a ENAFRON.

Conforme observei, ao longo das minhas incursões ao campo, as Forças Armadas são parte integral das relações transfronteiriças, em especial, no caso brasileiro, o Exército. São muitas as representações da selva amazônica como um patrimônio nacional, pois “a selva nos une: a Amazônia nos pertence” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009, p. 2). A selva amazônica representa um desafio constante para a integração nacional e a sua proteção é a missão fundamental do Exército brasileiro como “braço forte” e “mão amiga”. Para essa instituição, a “conquista da Amazônia” é parte da história de glórias das forças armadas, sendo o seu papel oportunizar as possibilidades e enfrentar os desafios de “garantir a presença soberana do Estado brasileiro em uma área sujeita a cobiça internacional” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009, p. 2).

A área de fronteira do Alto Solimões está sob a responsabilidade do Comando Militar da Amazônia, que administra a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, a qual está subordinado o Comando de Fronteira Solimão/8º Batalhão de Infantaria de Selva (Cmdo. Fron. Sol/8º BIS). Segundo dados fornecidos, em entrevista, o 8º Batalhão cuida de uma extensão de 1.630 km de linha de fronteira, possuindo quatro Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), com dois atuando ao norte de Tabatinga (3º PEF Vila Bittencourt e 2º PEF Ipiranga) e dois atuando ao Sul (4º PEF Estirão do Equador e 1º PEF Palmeira do Javari). Ao todo, o 8º Batalhão tem um efetivo de 1000 homens, sendo que 280 atuam nos PEF (70 em cada um). Segundo o Comandante do 8º Batalhão, 180 soldados são pessoas nativas da região. Não obstante, a maior parte dos militares é de outros territórios brasileiros. Os PEF integram vilas militares localizadas estrategicamente na linha de fronteira, tendo o comandante, em geral, um jovem tenente de 22 a 28 anos, o dever de atuar como prefeito, juiz e policial, entre outras atribuições que envolvem o cuidado efetivo da população e de uma área sensível à soberania nacional. É importante destacar que além de suas famílias, os militares convivem com populações nativas da região e são igualmente responsáveis pela ordem social dos

grupos que formam uma comunidade ampliada da vila militar.

A presença do Exército brasileiro é relevante no processo de ocupação da faixa de fronteira e colonização de uma região amazônica tratada tanto como um patrimônio nacional quanto da humanidade. Reivindicar a Amazônia como território brasileiro é algo marcante na postura do Exército e na maneira como seus integrantes falam do seu trabalho, o qualificando como ação de envergadura política no campo das relações internacionais. A manutenção do território e o controle efetivo das experiências sociais constitutivas de uma sociedade transfronteiriça são elementos que permeiam o cotidiano dos militares na região. Convém observar que, na faixa de fronteira que se estende da linha até 150 km ao interior do Brasil, o Exército dispõe de poder de polícia, em conformidade com a Lei Complementar da Presidência da República 97, de 9 de junho de 1999, com nova redação dada pelas Leis Complementares 117, de 2004, e 136, de 2010. No que concerne ao trabalho das forças armadas nessa área a lei rege o seguinte:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).

I - patrulhamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).

III - prisões em flagrante delito. (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).

Ao dispor do *poder de polícia*, as Forças Armadas dispõem de um papel diferenciado na fronteira em relação às demais áreas territoriais do país. É possível ver o Exército atuando efetivamente em ações na tríplice fronteira. A sua presença é diária na vida das pessoas, sobretudo, quando agem em operações especiais, com finalidade de supervisionar e combater os crimes transfronteiriços. Essa especificidade torna a experiência de fronteira “especial”, na perspectiva de soldados e oficiais com os quais conversei, pois se trata de uma das missões que julgam mais honrosas entre as que podem atuar em períodos de paz. Observa-se no 8º Batalhão o desejo de integrar missões na tríplice fronteira, sobretudo na “selva”, símbolo constitutivo do *ethos* do Exército. É motivo de orgulho para militares servir na selva e proteger a Amazônia. Outro símbolo do Exército oriundo de sua relação com a floresta é a onça, o mais garboso e agressivo felino da fauna brasileira. Representa um elemento mítico que caracteriza a ideia de o Exército ser o “braço forte”, ou seja, o responsável pelo controle social da fronteira e a efetividade do dever do Estado em monopolizar a violência. Esse papel é ressaltado nas “operações” que o Exército realiza na região.

Conforme verifiquei, as ações do Exército na tríplice fronteira amazônica estão associadas às diversas restrições/proibições constitutivas da floresta amazônica. A região do Alto Solimões é composta por territórios indígenas e reservas ambientais, assim como território de uma fauna e flora protegidas e regulamentadas por normalizações legais que, em determinados casos, criminalizam práticas comuns aos povos nativos. Entre as ações mais comuns, o Exército atua na prevenção e repressão de crimes transfronteiriços que envolvem

narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração, garimpos ilegais, entre outras práticas proibidas por leis. Entre as operações feitas para coibir práticas proibidas, algumas cumprem agendas fixadas para um controle nacional da faixa de fronteira brasileira, como no caso da Operação Ágata. Essa operação foi criada em 2011 como parte do Plano Estratégico de Fronteira do Ministério da Defesa. Seu intuito era prevenir e reprimir as ações criminosas na faixa de fronteira, atuando em diversas frentes em uma ação integrada com PF, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Ibama, Funai, Receita Federal e órgãos de segurança dos estados das regiões de fronteira sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

Sobre a Ágata, os militares ressaltam o grande apreço da população em ver o Exército na rua, utilizando seu poder de polícia. Na semana de 13 a 20 de junho de 2016, observei uma mudança efetiva das circulações na cidade em razão da operação, com militares patrulhando Tabatinga e as linhas de fronteira da cidade com Letícia (terrestre) e Santa Rosa (fluvial). Passei algumas horas observando as movimentações e conversando com pessoas sobre como elas se sentiam ao ver o Exército brasileiro atuando como polícia. “Deveria ser todo dia” foi uma resposta recorrente, sendo que o Comando do 8º Batalhão reconhece esse apelo por causa da diminuição de ocorrências criminosas na trílice fronteira. Procurei saber se a ampla divulgação da operação pelos meios de comunicação local e nacional não afeta seu êxito. Segundo meus interlocutores, a Ágata é uma operação de saturação que por efeito de seu grande aparato logístico requer um volume de recursos impossível de ser disponibilizado para todo o ano. Operações menores são realizadas de maneira periódica, mas as dificuldades financeiras para manutenção dessas atividades de saturação representam um problema efetivo para a prevenção e repressão do crime na fronteira.

Outro fato importante em relação à Ágata é o desenvolvimento de “ações cívico-sociais” durante sua realização. Isso cumpre o dever do Exército em ser também “a mão amiga”. Durante a Operação Ágata, o Exército leva às pequenas comunidades do interior do Amazonas uma série de serviços como atendimento médico, odontológico, registros e documentações, corte de cabelo, cestas básicas, oficinas, brincadeiras e brinquedos para crianças, palestras, serviços de defesa civil, entre outros. O “braço forte” e a “mão amiga” são formas simbólicas que se complementam para compor a ideia de uma instituição pública socialmente referenciada que, em sua autorrepresentação institucional, cumpre um duplo serviço na busca de ser útil à população brasileira. É preciso conter o crime, atuar com força em nome da soberania nacional, mas também estender a mão a uma população que vivencia problemas econômicos em um meio ambiente de selva, repleto de dificuldades e problemas de infraestrutura. As diferenças culturais também são ressaltadas em um trabalho que envolve o contato com povos de diferentes composições políticas e morais. Como relatam os militares que atuaram na Operação Ágata, é comum pessoas serem apreendidas com animais silvestres e não ter a dimensão do que isso representa do ponto de vista do direito brasileiro. Agir com energia, mas compreensão das peculiaridades do lugar, é medida ressaltada para que a instituição tenha o respeito das populações locais.

A integração entre forças é um dos pontos da Operação Ágata e que, em geral, marca a ENAFRON. Em sua ação, o Exército conta com o apoio institucional também dos Exércitos da Colômbia e Peru. Essa integração tem funcionado em Operações conjuntas de localização de laboratórios e desmonte dos mesmos na área de fronteira dos três países. Conforme verifiquei, são realizados encontros entre as Forças Armadas, como a Reunião Regional de Intercâmbio Militar. Esses encontros são importantes para consolidar práticas de

controle contra crimes que são dinâmicos e independem da divisão territorial das fronteiras para acontecer. Apesar de ter o poder de polícia na faixa de fronteira, o Exército cumpre um papel dentro de um sistema integrado no qual atuam “forças irmãs”, com objetivo de controlar o território em nome da ordem e manutenção do monopólio da violência legítima. Entre as forças que ocupam um papel central, atuando fortemente no controle dos mercados ilegais, sobretudo o de cocaína, está a PF do Brasil.

Diferente do Exército e de outras forças policiais que atuam na região, a PF prima por ações menos ostensivas e mais pautadas em um trabalho de inteligência que estrutura suas investigações e intervenções em campo. Se o 8º Batalhão dispunha de 1.000 pessoas para seu trabalho, a Polícia Federal tinha um efetivo de 36 policiais, no período desta pesquisa, para executar na faixa de fronteira uma série de atividades em conformidade com suas atribuições constitucionais.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Enquanto o Exército orienta sua ação pelo desígnio de ser o “braço forte” e a “mão amiga”, a PF orienta suas ações por um trabalho qualificado como científico. Em sua visão de futuro, a instituição tem como objetivo “tornar-se uma referência mundial em Ciência Policial”. É possível observar, nas falas dos policiais federais que atuam na tríplice fronteira, a valorização do trabalho investigativo racional, com objetivo de intensificar os sucessos das ações, considerando as condições de trabalho e seu alcance. Eles ressaltam com orgulho que não saem para campo para trocar tiros ou se exporem a situações cujos riscos não foram minuciosamente calculados. Para os seus integrantes, o diferencial da PF consiste em seu foco na inteligência, com a racionalização das intervenções para alcançar os fins desejados. Os valores institucionais são alicerçados na defesa da democracia e da ordem vigente, com observância aos direitos humanos e o ordenamento jurídico vigente. Em linhas gerais, observa-se o caráter secular de uma instituição fundamentada na perspectiva de uma sociedade moderna, racional e administrada por sistemas peritos modelados por saberes tecnocientíficos.

Maximizar as possibilidades de êxito e minimizar os fracassos é algo presente na narrativa de policiais que se orgulham de trabalhar em uma instituição policial brasileira respeitada pelas outras polícias que atuam na tríplice fronteira. Quando perguntei a policiais federais se eles se sentiam seguros trabalhando em uma região considerada perigosa devido à atuação de narcotraficantes, eles foram unânimes em responder que se sentiam “totalmente seguros”. “Mexer” com um policial federal é algo citado como remoto e narram, como um exemplo da sua convicção, o caso do narcotraficante peruano Jair Ardela Michue, conhecido popularmente como Javier. Considerado um dos traficantes mais violentos a atuar na

tríplice fronteira amazônica, Javier foi acusado de matar dois policiais federais ao resistir a uma abordagem no Rio Solimões. Como explicaram meus interlocutores, a sua prisão foi considerada uma questão de honra e aconteceu no dia 1 de março de 2011, 105 dias depois do assassinato dos policiais. Segundo meus interlocutores, a prisão de Javier foi resultado de uma operação conjunta da PF com outras forças policiais atuantes na região. Essa é a versão oficial de uma situação curiosa, pois existem rumores de que a prisão de Javier teria ocorrido em Santa Rosa, no Peru, sendo o mesmo extraditado ilegalmente para o Brasil. A história “oficial”, no entanto, ressalta que a prisão de Javier foi resultado de uma “operação” dotada de uma estratégia definida para que ela ocorresse em território brasileiro, respeitando os limites e a soberania de cada país.

As operações da PF na tríplice fronteira ultrapassam intervenções localizadas apenas na faixa de fronteira. Em minha pesquisa, acompanhei, especialmente, a repercussão nacional da Operação *La Muralla*¹⁰. Ela foi deflagrada em novembro de 2015, com objetivo de desarticular a organização criminosa Família do Norte (FDN). Na ocasião, a PF contou com apoio da *International Criminal Police Organization* (Interpol) para que as conexões da organização no Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela também fossem desarticuladas. No Brasil, a ação se desenvolveu nas cidades de Manaus, Tonantins e Tabatinga, no Amazonas; Crateús, Caucaia e Fortaleza, no Ceará; Natal, no Rio Grande do Norte; Boa Vista, em Roraima; e na cidade do Rio de Janeiro. Ao articular ações conjuntas com polícias militares e civis desses estados, a PF executou nessas cidades 442 mandados judiciais, sendo 127 prisões preventivas, 67 mandados de busca e apreensão, 7 buscas em presídios estaduais, 68 medidas de sequestro de bens e 173 bloqueios de ativos registrados em nome de pessoas físicas e jurídicas que integravam a organização.

As investigações que resultaram nas medidas adotadas no dia em que foi deflagrada a Operação iniciaram em abril de 2014 e foram desenhadas para prender os principais líderes da FDN. Na época em que foi deflagrada, foram realizadas cerca de 90 prisões apenas nos primeiros dias. Entre os mandados de prisão não cumpridos estava o do “chefão” da FDN. O mesmo foi preso apenas em fevereiro do ano seguinte, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Como gostam de relatar os policiais federais, uma das mais perigosas organizações do mercado ilegal de drogas e armas do país foi desarticulada sem a necessidade de uma única troca de tiro. Uma característica presente em praticamente todas as grandes operações da PF. É importante destacar que formação policial e aparato bélico são qualidades da PF ressaltadas por seus integrantes, assim como a excelência de ações que culminam em prisões sem a ocorrência de confronto.

Outra característica que merece destaque no trabalho da PF refere-se à ideia de essa força policial lidar como os “peixes grandes”. Isso também pode ser visualizado na repercussão da *La Muralla*, visto que as prisões realizadas foram de pessoas que ocupavam posições sociais de envergadura econômica e simbólica. Na ocasião da *La Muralla*, um vereador e sete advogados foram presos. A origem social dos presos pela PF é ressaltada quando seus integrantes desejam demonstrar a autonomia e justiça da instituição frente às demais instâncias da sociedade brasileira. Ao trabalhar em uma perspectiva sistêmica do crime, a PF entende que a violência decorrente, por exemplo, da presença do narcotráfico nas áreas mais pobres não é um processo circunscrito às pessoas desprovidas de boas condições econômicas. Eles têm um papel dentro de uma rede cujas operações buscam desvendar, no

10 Os nomes das operações da PF constituem um capítulo à parte na história da instituição. Pelo que pude verificar, a operação *La Muralla* recebeu esse nome em referência a um dos quartéis gerais do Cartel de Cali e por a organização criminosa investigada, na operação brasileira, ter características comuns às da organização criminosa de narcotraficantes colombianos.

intuito de pensar o enfrentamento do crime em uma escala ampliada, considerando-o em diversas camadas que envolvem desde os mais pobres até pessoas que ocupam posições privilegiadas na sociedade. Em suma, a PF constitui uma força estratégica no projeto de monopolização da violência em uma região de confluências de interesses que ameaçam não apenas as fronteiras e suas relações, mas a própria constituição do Estado como gestor biopolítico da vida e da morte desde as suas fronteiras.

Ao compreender as dinâmicas de trabalho dessas duas forças que atuam com poder de polícia na tríplice fronteira, gostaria de apresentar algumas considerações sobre os problemas que enfrentam ao se debruçarem sobre uma realidade transfronteiriça de escala amazônica.

Em busca do controle impossível de uma fronteira amazônica

Quando cheguei pela primeira vez em Tabatinga, chamou-me atenção como é possível ver, em uma única avenida, inúmeras instituições públicas representativas do Estado brasileiro. A sensação é de estar em uma cidade cuja presença do Estado é tátil e visível a cada esquina. Conforme me explicou um policial federal no decorrer da pesquisa, no entanto, “o Estado ter representação não significa que ele está presente”. Essa me pareceu a melhor representação do que significa trabalhar no controle da tríplice fronteira amazônica. Como destacou Euzébio (2014), a tríplice fronteira dispõe de inúmeros tratados transnacionais que, em tese, regulam os trânsitos e comércios entre os três países, inclusive por meio de leis de livre comércio não implementadas devido a decisões políticas que não se tornam práticas efetivas. Segundo Euzébio (2014), problemas relacionados aos fluxos transfronteiriços deixam de ser resolvidos por questões burocráticas, forçando uma espécie de “integração por baixo”, em que moradores vão encontrando saídas em conformidade com as urgências e as necessidades cotidianas. As tramas produzidas por esses processos criam dilemas para o trabalho de policiais atentos ao fato de que os moradores precisam, em razão de seus interesses, encontrar saídas para situações que legislações e políticas públicas do Estado brasileiro não atendem.

Ao falar do trabalho policial executado pelo Exército e pela Polícia Federal, na tríplice fronteira amazônica, é extremamente importante considerar o cenário em que o mesmo acontece. A microrregião do Alto Solimões, como demonstrado, é uma vasta área territorial de floresta ocupada de maneiras diversas por populações, em geral, muito pobres. Essas populações, embora sofram dificuldades econômicas, vivem em um lugar repleto de riquezas naturais e proibições relativas à sua exploração. Madeira, minério, animais e drogas da Amazônia estão à disposição em abundância e representam oportunidades ótimas em um território cujas oportunidades de emprego formal são quase totalmente reduzidas à esfera pública. A mesma é ocupada, em grande parte, por brasileiros de outras regiões do estado do Amazonas e do país. As populações nativas ainda enfrentam sérios problemas de abastecimento, seja pelo alto custo de mercadorias oriundas de outras regiões do país ou simplesmente pela sua ausência. Essa situação ocorre em variadas áreas de consumo, sendo algumas sensíveis às condições de alimentação, habitação e mobilidade da população. Isso impõe ao trabalho policial certa “razoabilidade”, pois seguir rigorosamente a legalidade poderia gerar diversos tipos de colapso na região. Segundo um policial federal entrevistado, se seguissem à risca o que dizem as leis, “teríamos que fechar tudo por aqui, afinal quase tudo é contrabando”.

As histórias de contrabando na fronteira envolvem diversas mercadorias. Desde a

comida até as motos, que são o principal meio de transporte dos moradores. Existem muitas histórias também relacionadas à compra de cimento. A mais interessante escutada por mim foi a de uma professora que insistia em construir sua casa com cimento legal, comprado no Brasil. As pessoas falavam para ela que “era loucura”, pois até obras públicas utilizavam pacotes de cimento comparados ilegalmente no Peru. A situação da professora se tornou emblemática porque ela, efetivamente, resolveu enfrentar uma situação que encarecia a obra e a atrasava por que faltava cimento nos comércios brasileiros. Em uma ocasião, cansada de aguardar por novos carregamentos, a professora se rendeu aos apelos e comprou o cimento peruano. Sua decisão, no entanto, se deparou com outra situação típica da fronteira, as fortuitas operações policiais de abordagem a embarcações no rio entre Brasil e Peru. Assim, ela foi autuada, grosso modo, “por fazer o que todo mundo fazia na fronteira”. A naturalização do contrabando é um processo transfronteiriço tão comum quanto as apreensões realizadas, em grande medida, em operações especiais e esporádicas, que não ocorrem todos os dias nem apreendem tudo aquilo que passa pela fronteira. As pessoas falam dessas operações utilizando como metáfora as histórias de relâmpagos. Afinal, eles caem do céu, sempre caem, mas não sempre. Assim, as operações acontecem, mas não sempre e não na maior parte do tempo, restando bastante espaço para que as pessoas pratiquem pequenas ou grandes ações de contrabando. O problema é que, mais cedo ou mais tarde, o “relâmpago” pode lhe atingir.

Como parece existir um amplo desconhecimento de leis que regulamentam os trânsitos, intercâmbios e comércios transfronteiriços, militares e policiais narram situações em que precisam explicar as legislações para pessoas que estão cometendo ou acusando o outro de cometer atos classificados, pelas leis brasileiras, como ilícitos e criminosos. Essa situação pode ser ilustrada pela pressão que brasileiros tentam exercer a respeito do comércio de peruanos na tríplice fronteira¹¹. Recorrentemente, policiais federais são acionados para autuar comerciantes peruanos que, ao contrário do que pensam acusadores brasileiros, não estão cometendo atividade ilegal em virtude de permissões vigentes nas leis transfronteiriças. Ao mesmo tempo, por exemplo, é possível encontrar denunciante praticando a venda ilegal de um pescado que se encontra no período de defeso. Assim, as forças policiais também precisam incorporar ao seu trabalho uma dimensão pedagógica, contemporizando situações de conflito às quais são impelidos a participar. Para meus interlocutores, a região do Alto Solimões é desprovida de possibilidades de emprego, o que faz com que seja necessário considerar as ações dos moradores em relação às suas condições de vida, sem que eles se esqueçam de seu papel de agentes da lei e da ordem.

Sobre os limites de trabalhar na fronteira, tanto militares quanto policiais federais reclamam da falta de pessoas e equipamentos para a realização de ações adequadas às necessidades de cuidado da tríplice fronteira. Essa é uma reclamação comum a toda a faixa de fronteira brasileira. São quilômetros de extensão para um contingente limitado de servidores públicos que contam com condições difíceis de trabalho¹². Durante a operação Ágata de 2016, por exemplo, os militares não puderam contar com helicópteros para sobrevoar áreas consideradas suspeitas. Esses equipamentos são considerados essenciais para identificar plantações de drogas e suas rotas no interior da floresta, além de uma série de outras possibilidades que ele oferece para o controle efetivo de práticas ilegais na fronteira. Embarcações, combustíveis e manutenção adequada são elementos presentes na maior parte das reclamações expostas por profissionais que parecem convencidos de que

11 Para uma discussão sobre as mobilidades e presença dos peruanos aos olhos dos brasileiros, ver Olivar, da Cunha e Rosa (2015).

12 Para maiores informações a respeito, ver Ministério da Justiça (2014b).

suas instituições prestam o melhor serviço possível. No caso do Exército e da PF, acredito que existe razoável reconhecimento da qualidade do trabalho que prestam ao país. Assim, o discurso de insuficiência para gestão do monopólio da violência não é qualificado pela competência ou falta dela em seus profissionais. O discurso de insuficiência colabora com uma ideia bastante comum aos serviços públicos brasileiros, pautada na crença de que os recursos são mal administrados, comprometendo a qualidade do que realmente deve ser feito para o bem do Estado nacional. Os limites para o controle de uma fronteira amazônica estão postos pela condicionalidade de ações que devem ser desenvolvidas sem as condições logísticas e quantitativas adequadas.

O volume de demandas é destacado para se falar das dificuldades diante do que é possível e não é possível fazer em um lugar repleto de problemas complexos. A lista é extensa, mas destaco os seguintes problemas como os mais comuns ao trabalho policial na faixa de fronteira: 1) narcotráfico; 2) exploração ilegal de madeira; 3) desmatamento; 4) contrabando e descaminho (medicamentos, cimento, gasolina, armas, calçados, alimentos, veículos de duas rodas etc.); 5) caça e pesca predatória; 6) tráfico de alevinos; 7) tráfico de animais silvestres; 8) mineração por dragas; 9) invasões de terras indígenas; 10) cultivos ilícitos (epadu¹³ e maconha); 11) pirataria; 12) homicídios, roubos e furtos transnacionais; 13) organizações criminosas; 14) imigração ilegal. Cada um desses itens congrega centenas de ações e relações criminalizadas pelos status legais brasileiros, criando práticas que devem ser enfrentadas pelos dispositivos operados pelas forças policiais em sua atividade na área de fronteira. Na minha investigação, não observei como essas forças atuam em todos esses problemas por motivo das inúmeras questões que envolvem cada uma delas. Nas minhas interlocuções, concentrei meu esforço no entendimento da problemática do narcotráfico de cocaína em razão da capilaridade que o caracteriza e dos seus efeitos nas relações transnacionais. O narcotráfico constitui uma prática ilegal que mobiliza múltiplos envolvimento na estruturação da vida social, na tríplice fronteira, e seu controle exerce papel central na atenção que esse território recebe das forças policiais brasileiras.

Ao falar da sua ação em relação ao narcotráfico, militares e policiais ressaltam que a tríplice fronteira amazônica é um polo de distribuição de cocaína oriunda, sobretudo, do Peru. Apesar dessa constatação, relatam também rotas de cocaína da Colômbia, pelo Rio Iça, e plantações de epadu no Brasil. Essas plantações são feitas por pequenos produtores rurais em áreas de floresta extremamente difíceis de localizar. Conforme relataram os meus interlocutores na pesquisa, a falta de equipamentos aéreos torna a localização de plantações e laboratórios de refino de droga uma atividade complicada, embora a sua utilização também não garanta uma localização precisa em áreas de floresta fechada. Para isso, os agentes contam com a sensibilização das comunidades para o problema, esperando que por meio de iniciativas oriundas dessa ação possam ser originadas denúncias que levem ao plantio ilegal. As plantações no Peru são tratadas como as principais provedoras do narcotráfico transfronteiriço e as que incorporam maior número de pessoas na missão de “passar” a droga do Peru ao Brasil.

Como destaca Renoldi (2015), “passar” é uma palavra que todo o habitante de fronteira, em algum momento, expressa. Para ela, o ato de “passar” não pode ser compreendido como uma simples iniciativa, pois repousa em um movimento coletivo repleto de pequenas conexões que possibilitam sua concretização. Para isso, Renoldi entende que não é possível deixar de observar como as condições contextuais se somam a uma série de fatores que não

13 O Epadu é uma das variedades da *Erythroxylum novogranatensis*, a folha de coca que cresce na Amazônia. Em geral, é a denominação que a planta da coca recebe no norte do país.

deixam de envolver a “sorte”. As dinâmicas de passagem da droga ocupam uma boa parte do trabalho policial desenvolvido na tríplice fronteira. Ao questionar sobre quem, em geral, “passa” com drogas pela tríplice fronteira, os meus interlocutores concordaram que não há um biótipo específico. É possível encontrar pessoas muito pobres tentando transportar drogas em embarcações, mas também são presas pessoas de boa posição social e completamente fora dos “padrões” atribuídos aos “traficantes” no Brasil. As possibilidades de uma pessoa “passar” com drogas na região são inúmeras, pois os caminhos possibilitados pelo rio e a floresta constituem um desafio ecológico único para os responsáveis pelo controle policial da fronteira. Aceitar “passar” com uma quantidade determinada de drogas pode garantir à pessoa alcançar certos objetivos. Como foi possível verificar no trabalho de campo, a cocaína é um produto que atrai pessoas pelo alto rendimento econômico, podendo gerar bons montantes para quem decide “passar” com essa droga pelos inúmeros controles existente entre o Peru e os mais diversos destinos do Brasil.

As motivações econômicas do narcotráfico representam uma dificuldade efetiva para o trabalho policial, pois ultrapassam desde os inibidores morais relacionados ao desejo de não cometer o crime até os dispositivos de Estado criados para inibir os sujeitos que desejam cometer o crime. A depender da dificuldade e quantidade, levar um quilo de pasta base de cocaína para Manaus pode valer de um a cinco mil reais. Os rendimentos da cocaína que chegam à tríplice fronteira tornam o seu enfrentamento um desafio policial extremamente complexo. Nas interlocuções, é possível perceber que existe um entendimento conjuntural da situação, da sua gravidade e da impossibilidade de encontrar soluções por meio de uma política centrada unicamente no combate. A cocaína movimenta um mercado abrangente, com participação de um número substantivo de pessoas, inclusive importantes e bem relacionadas nas instâncias governamentais. O fluxo de drogas na região envolve múltiplas demandas e associações para o crime. Sobre o enfrentamento dessa situação, os policiais federais relatam que ocorrem denúncias constantes de pessoas passando pelo rio ou pelo aeroporto com cocaína. São denúncias reais e que mobilizam os contingentes policiais para uma ação, enquanto outras estão ocorrendo. Em razão do volume, mesmo com a perda de quantidades enormes de droga, o que passa ainda é gerador de rendimentos econômicos mais interessantes do que os provenientes de qualquer outra área comercial existente na tríplice fronteira. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, em 2015, foram apreendidos, no Estado, 10,5 toneladas de drogas consideradas de alto teor de pureza. As fronteiras do Alto Solimões e Alto Rio Negro são consideradas as portas de entrada em um estado brasileiro considerado de passagem para drogas que irão alimentar mercados ilegais no restante do país.

O controle da fronteira é realizado diariamente por meio da Operação Sentinela, na qual trabalham, junto com a PF, a Polícia Federal Rodoviária (PRF), as Forças Armadas, a Força Nacional, a Polícia Militar (PM) e a Polícia Civil (PC). As ações variam em termos de projeção e alcance, mas como já foi registrado, não existe um contingente suficiente para cuidar de uma área das dimensões do Alto Solimões. Para os policiais federais é preciso agir com inteligência e ser seletivo em relação aos esquemas que serão enfrentados ou desprezados, mesmo que pontualmente e por um período determinado de tempo. As condições de trabalho exercem sobre as forças policiais uma pressão contínua, sendo preciso criar uma hierarquia para os crimes que serão enfrentados e outros que podem ser colocados em segundo plano. As colaborações entre o Exército e a PF são fundamentais nesse enfrentamento do tráfico, realizado no âmbito da Operação Sentinela. Em geral, ações entre as forças possibilitam grandes apreensões que são retratadas pela imprensa local e nacional, ressaltando como

são desvendados os esquemas e organizações criminosas que atuam na tríplice fronteira. As dinâmicas transfronteiriças do narcotráfico envolvem volumes e comprometimentos que têm efeitos negativos sobre a segurança pública, criando diversos outros problemas para a realização do projeto político de monopólio da violência. Entre os que afetam diretamente a gestão desse processo, existe a difusão de práticas de uso da força por organizações e pessoas que compõem o mercado ilegal de drogas.

Os assassinatos na tríplice fronteira compõem um capítulo à parte na história da região e são efeitos do mercado ilegal de drogas. Os acertos de conta permeiam situações de conflito criadas pelos inúmeros compromissos feitos no processo de produção, circulação, distribuição e troca de mercadorias ilegais. Envolvem ainda questões de honra entre os envolvidos que precisam manter sua palavra e não podem cair na tentação de “passar a perna” nos que estão dentro dos esquemas do tráfico. Existe uma rede de comprometimento e as forças policiais são afetadas pelas demandas oriundas desse tipo de crime. Os envolvimento nesse tipo de crime estão relacionados a trânsitos transfronteiriços entre pistoleiros que realizam a morte em um país e fogem para o outro. Em geral, os pistoleiros são naturais do outro país, o que dificulta a ação das forças policiais. Em geral, a cooperação internacional é utilizada aqui como parte de um trabalho de inteligência para atuar nesse tipo de situação. O difícil de mensurar a partir dos dados coletados foi o comprometimento, sobretudo da PF, em se envolver na investigação de um crime que parece atingir um público desprestigiado e circunscrito. Segundo dizem, em Tabatinga, “aqui a bala tem nome e endereço certo”, o que significa que as pessoas que morrem são envolvidas com o narcotráfico. Não se trata, portanto, do público que mobiliza forças policiais para a captura dos responsáveis por esse tipo de crime. A recorrência de ações de pistolagem e sua repercussão são os elementos que, grosso modo, criam certo constrangimento em virtude dos dados consolidados imporem questionamentos sobre a eficiência da ação policial onde homicídios se proliferam.

Considerações finais

Neste artigo busquei pontuar as estratégias de controle da fronteira e manutenção do monopólio da violência em um território transfronteiriço de dimensões amazônicas. Se para Max Weber (1999, 2000) o monopólio da violência é um dado constituinte dos Estados modernos cujas fronteiras impõem os limites territoriais da ação política de um corpo administrativo, as condições pragmáticas desse fenômeno social nos oferecem amplo campo de investigação, análise e debate. Como observei, na tríplice fronteira amazônica, o Estado se impõe com realidade material incapaz de um controle efetivo em uma vasta margem territorial que parece sujeita a todo tipo de intervenção exterior. A sua presença, no entanto, tem uma eficácia simbólica inquestionável e se estrutura a partir de performances institucionais protagonizadas de maneira exemplar pelo Exército e a PF. São instituições fundamentais e que atualizam a existência do Estado brasileiro em um trabalho insuficiente, mas constante e relativamente bem sucedido em sua intenção de mostrar a presença das forças constitutivas de uma nação autônoma e soberana.

A metáfora do relâmpago me pareceu muito ilustrativa da maneira como são gerenciadas as múltiplas manifestações da violência que escapam ao controle policial transfronteiriço. As operações especiais equivalem ao raio oriundo da tempestade que cairá na terra, mas não sempre e não sobre todos. “Passar” pela fronteira com mercadorias ilegais é uma atividade diária. Ao mesmo tempo, são realizadas notáveis apreensões de quantidades

incríveis e calculadas na casa das toneladas. O problema é que a apreensão alcança apenas alguns poucos que não levaram tanta “sorte” quanto outros que passaram, não poucas vezes, nos momentos de grandes apreensões sendo executadas. A equação entre o que pode ser feito, o que deve ser feito e o que é feito, no meu entendimento, favorece os narcotraficantes que exercem seu domínio em detrimento de um número significativo de pessoas que ocupam uma posição periférica no mercado e que são os alvos preferenciais das operações fortuitas de controle.

O que observei no campo me leva a pontuar que o monopólio da violência é um projeto político ambicioso, estruturante de variados esforços e constituinte de um Estado nacional que luta para se estabelecer como verdade na vida de pessoas que compõem uma realidade transfronteiriça. Ao longo do trabalho de pesquisa, novas medidas foram sendo anunciadas, novos postos de controle, operações especiais, mais recursos, cooperações internacionais, entre outras ações que pautadas no discurso de instâncias governamentais sobre as fronteiras brasileiras. A ideia de que o Governo Federal precisa aumentar seu controle sobre os mercados ilegais transfronteiriços exerce uma força geradora de ações policiais que visam a proteger a nação como um todo desde os seus limites geográficos. Assim, a monopolização da violência na fronteira ainda é um projeto político em construção cujo controle insuficiente faz parte de uma constante reivindicação por aumento de recursos de toda ordem.

Ao falar da tríplice fronteira do Alto Solimões, não podemos deixar de situar a discussão no contexto geopolítico da Amazônia brasileira. Becker (2005) ressaltou como, desde os tempos coloniais, a Amazônia se constituiu historicamente como um desafio, em que pesam problemas relacionados à sua ocupação, exploração comercial e controle efetivo de suas fronteiras. Trata-se de um espaço geopolítico que se construiu permanentemente sob pressão internacional, com profundos questionamentos a respeito do poder do Estado brasileiro na sua gestão e controle. Exercer o controle é integrar o território amazônico a uma orientação política nacional, trabalhando suas fronteiras como parte integral de uma comunidade política capaz de exercer o monopólio das violências em seus limites territoriais. Pode-se compreender ainda essa estratégia como um dos elementos de um projeto mais abrangente de integração da região amazônica ao mercado nacional e internacional. Segundo Castro (2012), os planos nacionais para a região amazônica envolvem o domínio de suas riquezas por processos de ocupação geridos pelo aproveitamento econômico da floresta. Assim, o domínio das fronteiras em território amazônico está pautado pela criação de uma sociedade nacional integrada, soberana e economicamente viável em toda sua extensa dimensão.

Assim como a Amazônia, o domínio territorial e político da tríplice fronteira é um projeto mobilizado por interesses econômicos e construído por múltiplos ideais de nação. Para compreender a complexidade do problema, é preciso considerar a observação de Browder e Godfrey (2006, p. 33) a respeito da constatação de que “a posição ideológica do Estado varia internamente entre as distintas instituições governamentais responsáveis pelo desenvolvimento regional da Amazônia”. Não é diferente em relação à gestão interna de suas fronteiras e, portanto, à realização de seu projeto de monopólio da violência em um território transfronteiriço. O controle territorial como um empreendimento do Estado é um fenômeno social que desafia a Sociologia a se debruçar sobre as práticas constitutivas desse processo. Em suma, meu objetivo foi problematizar uma questão que não se encontra suficientemente respondida, pois tratei aqui de um empreendimento colossal, oferecendo nada mais que um ponto de vista possível de uma fenômeno repleto de outras cenas e tramas.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137-166, 2009.
- _____. A produção das fronteiras nacionais no telejornalismo brasileiro: análise de algumas séries especiais de reportagem sobre as fronteiras do Brasil. **Segurança, justiça e cidadania: fronteiras, armas e drogas**, Brasília: Secretária Nacional de Segurança Pública, ano 4, n. 8, p. 53-70, 2014.
- _____; PAIVA, L. F. S. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Revista Ambivalências**, Sergipe, v. 3, n. 5, p. 115-148, 2015.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A.; SANTOS, R. J. The monopoly of violence: evidence from Colombia. **Journal of the European Economic Association**, v. 11, n. s1, p. 5-44, 2013.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BECKER, B. K.. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005.
- BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. **Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. Manaus: EDUA, 2006.
- CARDIN, E. G. (Org.). **As múltiplas faces das fronteiras**. Curitiba: CRV, 2013.
- CASTRO, E. Pan-amazônia refém? Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana da IIRSA. **Megaproyectos: la Amazonia en la encrucijada**. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), 2012.
- CHAVES, M.; CAIRO, C. D. (Compiladores.). **Perspectivas antropológicas sobre la Amazonia contemporânea**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Pontificia Universidad Javeriana, 2010.
- DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.
- DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- EUZÉBIO, E. F. A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, v. 23, n. 1, p. 109-124, jan. 2014.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **O Exército brasileiro e a Amazônia**. Brasília: Exército brasileiro, 2009.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira: degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOTTA, J. M. A. Comercio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga. In: ZÁRATE BOTÍA, C. G. (Org.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), 2012.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretária Nacional de Segurança Pública. **ENAFRON**. Brasília: Governo Federal, 2014a,

- _____. **Segurança, Justiça e Cidadania**. Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), ano 4, n. 8, 2014b.
- OLIVAR, J. M. N.; DA CUNHA, F. M.; ROSA, P. C. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na amazônia brasileira”. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 26, jan./jun. 2015.
- ORTNER, S. B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M.; ECKERT, C.; FRY, P. (Orgs.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- PAIVA, L. F. S. Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 27, jul./dez. 2015.
- PORTAL BRASIL. 11ª edição da Operação Ágata reúne mais de 11 mil militares. **Portal Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2016/06/11-edicao-da-operacao-agata-reune-mais-de-11-mil-militares>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- RENOLDI, B. Estados posibles: travesías, ilegalismos y controles em la Tríplice Frontera. **Etnográfica**, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 417-440, out. 2015.
- VAUGHAN-WILLIAMS, N. **Europe's Border Crisis: biopolitical security and beyond**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- WILSON, T. M.; DONNAN, H. **A Companion to Border Studies**. Oxford: Blackwell Publishing, 2012.
- SÁ, L. A questão do poder na perspectiva da antropologia da política. **Áltera Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2016.
- SANTOS, J. V. T. dos. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-167, maio 1997.
- SCHÜTZ, A. **A fenomenologia e as relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ZÁRATE BOTÍA, C. G. **Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteiriza en la Amzonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932**. Letícia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazônico de Investigaciones (IMANI), 2008.